

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.555 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 2002

Indicação para tribunal na pauta da CCJ

Comissão de Justiça analisa a indicação de João Otávio de Noronha para ministro do STJ.



José Cruz

Francelino Pereira é o relator da indicação para Superior Tribunal de Justiça

Infra-Estrutura vota recondução para Anatel

Recondução de José Leite Pereira Filho ao cargo de membro do Conselho Diretor será examinada hoje pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Preferência no atendimento médico a idoso

Proposta que beneficia também gestantes e deficientes físicos será debatida amanhã pela CAS.



Roosevelt Pinheiro

Ademir Andrade deu parecer favorável a atendimento preferencial

PÁGINA 3

Criação da Secretaria da Mulher pode ser votada hoje em Plenário

Medida provisória cria o órgão na estrutura do Ministério da Justiça, transforma Corregedoria em Controladoria Geral da União e institui 172 cargos em comissão do grupo DAS



Roosevelt Pinheiro

O Plenário do Senado deve votar hoje, a partir das 14h30, o projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 37, de 2002, que cria a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, além de outras iniciativas. Se não for votada nesta sessão, a matéria passa a obstruir todas as demais deliberações legislativas da Casa. Também constam da pauta cinco projetos de decreto legislativo relativos a exploração de emissoras de rádio. Mais duas sessões com ordem do dia estão previstas para amanhã e quinta-feira.

O Plenário do Senado realiza sessões deliberativas de hoje a quinta-feira

PÁGINA 3

Orçamento para 2003 deve ter exame mais ágil

Comissão Mista fará esforços para encurtar prazos de tramitação do Orçamento da União para o próximo ano.

PÁGINA 4

Estímulo aos pequenos agricultores

PÁGINA 2



Márcio Kalume

Uma pauta de sete itens foi discutida ontem pelo Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso

Conselho de Comunicação vai elaborar propostas para radiodifusão comunitária

PÁGINA 2

Debate com presidenciáveis sobre comunicação só no segundo turno

Conselho de Comunicação Social entende que discussão com apenas dois candidatos será mais proveitosa do que com os seis que concorrerão ao primeiro turno das eleições

O Conselho de Comunicação Social, órgão de assessoramento do Congresso, poderá realizar, após o primeiro turno das eleições, um debate com os dois candidatos mais votados para a Presidência da República. A idéia inicial era promover uma audiência com a presença dos seis candidatos. Mas, como explicou o presidente do colegiado na reunião de ontem, José Paulo Cavalcanti Filho, o debate com a participação, apenas, dos dois concorrentes ao segundo turno permitirá uma discussão mais proveitosa.

Na mesma reunião, o conselho



Reunido ontem, o Conselho de Comunicação Social criou uma comissão com o objetivo de apresentar propostas sobre radiodifusão comunitária

instituiu uma comissão destinada a apresentar propostas relativas à radiodifusão comunitária. A comissão é composta pelos conselheiros

Paulo Machado de Carvalho Neto, Roberto Wagner, Fernando Bittencourt, Daniel Herz, Regina Festa e Francisco Pereira da Silva.

O colegiado decidiu que entrará em contato com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados para apurar o motivo do atraso no envio de documentação relativa a outorga e renovação de concessões de 492 emissoras de rádio. O conselheiro Paulo Machado Neto havia pedido que se desse mais prazo a essas rádios. Entretanto, o presidente do conselho, José Paulo Cavalcanti Filho, argumentou que é do interesse das empresas apresentar documentos nos prazos previstos.

Senado nas eleições

As eleições de outubro deste ano serão informatizadas em todo o país. Os 114 milhões de eleitores utilizarão 406 mil urnas eletrônicas

Faltam 33 dias para as eleições

para votar. Além disso, a Justiça Eleitoral vai testar em 150 municípios aproximadamente 23 mil urnas eletrônicas com voto impresso, uma novidade que pode vir a ser inserida nas eleições futuras. Entre as cidades escolhidas estão cinco capitais: Aracaju (SE), Brasília (DF), Maceió (AL), Cuiabá (MT) e Palmas (TO).

Através de uma tela de vidro, o eleitor poderá verificar o voto impresso, que será depositado

em uma urna. A urna eletrônica dispõe de mecanismo que permite a impressão do voto, sua conferência visual e depósito automático, sem contato manual. Se, ao conferir o voto impresso, o eleitor não concordar com os dados nele registrados, poderá cancelá-lo e repetir a operação. Na véspera do dia da votação, o juiz eleitoral sorteará três por cento das urnas de cada zona eleitoral, que deverão ter os votos impressos contados e conferidos com os resultados apresentados pelo respectivo boletim de urna.

Recado ao leitor

O Senado nunca faltou ao Brasil ao longo da sua história, sempre foi a Casa mais importante do sistema democrático. Nesta eleição, serão escolhidos dois terços do Senado. Cada eleitor escolhe, no seu primeiro voto, o primeiro senador e, no seu segundo voto, o outro senador. É importante para o Brasil que todos votem porque os parlamentares irão construir uma democracia cada vez mais forte em nosso país.

Senador José Sarney (PMDB-AP)

Agricultura familiar poderá ganhar prioridade em compra do governo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve examinar, em breve, parecer favorável do senador João Alberto (PMDB-MA) a projeto do senador Carlos Wilson (PTB-PE) que garante prioridade na compra, pelo governo, de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares, dentro dos programas de distribuição de alimentos e combate à fome.

— Com esse projeto, pretendemos dar segurança aos pequenos proprietários — explica Carlos Wilson, vendo na iniciativa uma forma “de garantir a efetiva comercialização” da safra oriunda de unidades produtivas de caráter familiar. Além de oferecer tratamento diferenciado a essa parcela de agricultores, o projeto pode movimentar a economia de zonas agrícolas do país, ao estabelecer que os alimentos serão com-



Carlos Wilson: é preciso garantir meios aos agricultores

prados, preferencialmente, na própria região em que serão distribuídos.

Segundo o autor da matéria, que é primeiro-secretário do Senado, os pequenos produtores não possuem condições de se inserir na economia competitiva de mercado, pois terão de enfrentar “uma concorrência desleal” imposta pelos grandes latifundiários. Mas observa que, se o governo assegurar a aquisição dos alimentos por eles cultivados, os agricultores familiares terão segurança na produção, o que irá funcionar como um elemento sólido de fixação do homem no campo.

Wilson argumenta que não basta o governo distribuir terra sem que garanta os meios necessários para os agricultores desenvolverem suas atividades produtivas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Morais, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Projeto de Lei de Conversão nº 20/02, dispõe sobre a estruturação de órgãos públicos e cria cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo Federal; e PDLs autorizando o funcionamento de rádios comunitários.

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PDLs autorizando o funcionamento de rádios comunitários.

Quinta-feira
10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PDLs autorizando o funcionamento de rádios comunitários.

COMISSÕES

Terça-feira
10h30 — Comissão de Educação
Pauta: PDLs autorizando o funcionamento de rádios comunitários.

14h30 — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: Mensagem nº 273/02, submete à apreciação do Senado o nome de José Leite Pereira Filho para ser reconduzido ao cargo de membro do Conselho-Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Quarta-feira
9h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: PLS nº 313/99, autoriza o Poder Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais; PLS nº 245/01, dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de artista circense; entre outras proposições.

9h30 — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: PLS nº 15/02, dispõe sobre isenção do IPI para taxistas; PLS nº 157/00, acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, para criar mecanismos de proteção do emprego dos trabalhadores de empresas em processo de fusão, incorporação e agrupamento societário; entre outras proposições.

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: PLS nº 114/02, reduz os valores de foro, laudêmio e taxas de ocupação de imóveis da União; entre outras proposições.

Plenário vota MP que cria Secretaria da Mulher

Projeto de conversão da medida provisória deve ser examinado hoje para não obstruir a pauta do Senado. Ainda está prevista a realização de mais duas sessões deliberativas nesta semana – amanhã e quinta-feira

O Plenário do Senado deve votar hoje, a partir das 14h30, em sessão deliberativa, projeto de lei de conversão da Medida Provisória (MP) nº 37, de 2002, que cria, na estrutura do Ministério da Justiça, a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher. Se não for votada nesta sessão, a matéria passa a obstruir todas as demais deliberações legislativas da Casa.

Além da instituição da nova secretaria, a MP transforma a Corregedoria Geral da União, vinculada à Presidência da República, em Controladoria Geral da União. Prevê a criação ainda, no âmbito do Poder Executivo Federal, de 172 cargos em comissão do grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), dos quais dois DAS 6; 22 DAS 5; 45 DAS 4; 35 DAS 3; 31 DAS 2; e 37 DAS 1. Finalmente, acrescenta dispositivo à Lei nº 9.790, de 1999, para permitir a participação de servidores públicos, sem remuneração ou subsídio adicional, na diretoria ou em conselho de organização de sociedade civil de interesse público.

Também constam da pauta da sessão deliberativa cinco proje-



Medida provisória em exame no Senado também transforma a Corregedoria Geral da União em Controladoria Geral da União

tos de decreto legislativo relativos a atos para exploração de serviço de radiodifusão sonora. Desse total, três aprovam atos para execução de serviço de rádio comunitária nos municípios de João Câmara (RN), São Lourenço da Mata (PE) e Riachão (MA). Quanto aos demais, um renova a concessão da Rádio A Tribuna de Santos Ltda. para transmissão em ondas médias na cidade de Santos (SP), enquanto o outro renova a permissão da Rádio Lidorsom FM Ltda. para

atuar em frequência modulada em Orlandia (SP).

Mais duas sessões deliberativas deverão ser realizadas pelo Senado nesta semana. Amanhã, a partir das 14h30, o Plenário examina três projetos de decreto legislativo sobre serviços de rádio comunitária em municípios de Goiás e de Mato Grosso do Sul. Já na quinta-feira (5), a partir das 10h, os senadores deliberam sobre mais cinco projetos de decreto legislativo que também versam sobre radiodifusão sonora e comunitária.

Comissão examina nome indicado para o STJ

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisa amanhã, às 10h, a indicação de João Otávio de Noronha para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). A vaga decorre da aposentadoria do ministro Paulo Costa Leite. O relator da indicação é o senador Francelino Pereira (PFL-MG).

Outro projeto na pauta da comissão é o que fixa normas gerais para a prática do naturismo, com parecer favorável do senador José Fogaça (PPS-RS), relator da matéria. A proposta, de autoria do deputado Fernando Gabeira (PT-RJ), retira o naturismo – definido como o conjunto de práticas de vida ao ar livre em que é utilizado o nudismo – da condição de ilícito penal. O projeto define também os espa-



Projeto de Pedro Simon sustenta decreto que autoriza a cisão de Furnas

ços naturistas.

De acordo com a análise feita por Fogaça em seu relatório, a liberdade de expressão e manifesta-

ção é fator integrante da própria cidadania, de modo que o naturismo poderia ser exercido livremente em espaços definidos. A realidade é outra, no entanto, e o naturismo sofre preconceitos, tanto que, não raro, seus adeptos são conduzidos às delegacias por ultraje ao pudor público. José Fogaça considerou o projeto oportuno e apresentou emendas de redação.

A comissão deverá examinar uma pauta com mais 31 itens, dentre eles, projeto de decreto legislativo de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que sustenta decreto do Poder Executivo, de 1997, que autoriza a cisão de Furnas Centrais Elétricas S/A. O senador Amir Lando (PMDB-RO) deu parecer favorável à aprovação da matéria.

Autorizações para rádios estão na pauta da CE

Dos 65 projetos de decreto legislativo que deverão ser examinados pela Comissão de Educação (CE) em reunião marcada para hoje, às 10h30, 44 referem-se a atos autorizando o funciona-

mento de rádios comunitárias. Os demais são solicitações para explorar serviço de radiodifusão ou de sons e imagens por emissoras distribuídas por 17 estados.

O Rio Grande do Norte, com 12,

e São Paulo, com 11 projetos, são as unidades que têm o maior número de pedidos de autorização a serem votados pela comissão. Minas Gerais e Mato Grosso do Sul vêm em seguida, com seis.

Idoso pode ter atendimento preferencial na área de saúde

A pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) prevê a votação amanhã, às 9h, de projeto que oferece ao idoso, gestantes e deficientes físicos atendimento preferencial nas instituições de saúde públicas e privadas. Originária da Câmara, a proposta, que tem parecer favorável do senador Ademir Andrade (PSB-PA), na forma de substitutivo, determina ainda que nas unidades do Sistema Único de Saúde essas pessoas tenham locais exclusivos para a marcação de consultas ambulatoriais e exames complementares.

Em turno suplementar, a Comissão de Assuntos Sociais vota ainda substitutivo do senador Moreira Mendes (PFL-RO) a projeto do senador Artur da Távola (PSDB-RJ) que regulamenta o exercício da profissão de astrólogo. Votado em caráter terminativo, poderá seguir para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para deliberação em Plenário.

Távola definiu como astrólogo o profissional que “estabelece juízos a partir do estudo das configurações do céu, calculando e elaborando cartas astrológicas de pessoas, entidades jurídicas ou nações, por meio de utilização de tabelas e gráficos relativos ao movimento dos astros, e que são destina-

dos a satisfazer indagações do público e orientar interessados”.

Segundo a proposição aprovada, os astrólogos terão o exercício de sua profissão assegurado pela associação de classe local, que cuidará também de verificar a habilitação dos profissionais. Os astrólogos regulamentados poderão dar aulas em qualquer nível de graduação nas disciplinas de formação da área.

Na mesma reunião, a CAS decide sobre projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que autoriza o Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais. Decide também sobre iniciativa do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que regulamenta o exercício da profissão de artista circense.



Artur da Távola propõe regulamentar o exercício da profissão de astrólogo

Infra-Estrutura analisa hoje recondução de diretor da Anatel

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura se reúne hoje, às 14h30, em caráter extraordinário, para deliberar sobre a recondução de José Leite Pereira Filho ao cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Oriunda do Poder Executivo, a mensagem será relatada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR).



O senador Alberto Silva preside a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

ORÇAMENTO 2003

Proposta de rito sumário pode apressar votação

Apesar de a Resolução nº 1/2001 do Congresso Nacional ter alterado alguns procedimentos para agilizar a aprovação da proposta orçamentária, um novo esforço deve ser empreendido pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) para encurtar os prazos de tramitação do projeto de lei do Orçamento para o próximo ano. O calendário eleitoral reservará praticamente dois meses para a discussão das emendas parlamentares e a votação do texto final.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), vice-líder do governo no Senado, propôs ao presidente da CMO, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), a adoção de um rito sumário, que reduziria o prazo de até 21 dias estabelecido na resolução do Congresso para apresentar, publicar, distribuir e votar relatórios setoriais.

Esse prazo começa a correr depois de esgotado o período de até 15 dias para a apresentação de emendas e mais outros cinco dias, no máximo, para sua publicação e distribuição. Se nada for feito, só aí seriam consumidos 41 dias do apertado cronograma de 54 dias, contados entre o segundo turno das eleições e o dia 15 de dezembro, data prevista para se concluir a votação do Orçamento.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Outro período que pode ser alterado é o que prevê até 14 dias para a realização de audiências públicas. Se houver acordo entre as lideranças, a CMO poderá cancelar ou reduzir essa etapa da tra-



Mecanismo proposto por Romero Jucá reduz prazo para votação de relatórios setoriais

mitação, conforme entendimento de técnicos da comissão.

Por enquanto, não há qualquer indicação do que poderá ser feito nas demais fases da tramitação do projeto, que começou a correr a partir do dia 29 de agosto, quando o Executivo entregou a proposta ao Congresso. Os integrantes da CMO terão no máximo seis dias para votar no plenário da comissão o parecer preliminar com as emendas e 20 dias para a votação do parecer final.

SUBCOMISSÕES

Antes da Resolução nº 1, os relatórios setoriais eram examinados por sete subcomissões temáticas e submetidos depois ao crivo do plenário da CMO. O Congresso ampliou o número de relatores setoriais para dez e simplificou o processo desses pareceres, que são votados uma única vez no plenário da comissão.

As emendas parlamentares individuais e coletivas não sofreram

alteração. Cada parlamentar terá direito a apresentar até 20 emendas, que somadas não poderão exceder R\$ 2 milhões. As comissões permanentes do Senado e da Câmara continuam autorizadas a apresentar até cinco emendas por comissão, sem limite de valor.

As modificações ocorreram nas emendas das bancadas regionais, que caíram de cinco para duas, e nas encaminhadas pelas bancadas estaduais, que aumentaram de dez para 15. A Resolução nº 2/1995 deixou claro o critério dos dois terços em cada Casa para caracterizar a emenda de bancada estadual. Além disso, estabeleceu que bancadas menores terão um mínimo de 15 emendas, enquanto as maiores poderão apresentar um máximo de 20, procurando equilibrar o peso de São Paulo, que possui o maior número de parlamentares, com o dos estados menores.

COMITÊS

Entre as demais mudanças, a possibilidade de criar até cinco comitês para auxiliar diretamente o relator-geral é considerada, pelos técnicos da CMO, um passo importante no aperfeiçoamento do processo de discussão do Orçamento dentro do Congresso. Dos cinco comitês, a resolução garante a constituição de pelo menos três: o de avaliação da receita orçamentária, o de avaliação das emendas e o de avaliação das informações enviadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as obras irregulares.

Redução do custo Brasil é prioridade do Executivo

O desenvolvimento sustentável e a redução do custo Brasil foram invocados na proposta orçamentária do governo para 2003 como os principais objetivos a serem atingidos com a destinação de R\$ 26,69 bilhões para infra-estrutura. Isso representa 12,6% do total de gastos com programas setoriais do governo, estando R\$5,59 bilhões alocados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e R\$ 21,1 bilhões no orçamento de investimento das empresas estatais.

Na proposta orçamentária esses investimentos se dividem entre energia (R\$ 21,6 bilhões), transporte (R\$ 3,85 bilhões) e co-

municações (R\$ 1,22 bilhão).

Do total de recursos para energia, R\$ 20,12 bilhões estão no orçamento de investimento das empresas estatais e R\$ 1,48 bilhão nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

No orçamento para transporte, o governo busca viabilizar uma gestão eminentemente privada em segmentos como portos, ferrovias e hidrovias, agindo a União como poder concedente, regulador e fiscalizador. Quanto a comunicações, o Executivo ob-



jetiva a diversificação dos serviços disponíveis e o atendimento ao maior número possível de brasileiros.



Saneamento e habitação devem contar com R\$ 608,8 milhões

O governo reservou R\$ 608,8 milhões do Orçamento de 2003 para os programas de saneamento e habitação. Carta de Crédito, Saneamento Básico, Saneamento é Vida, Morar Melhor e Nosso Bairro foram relacionados pelo governo como os principais programas a serem atendidos.

O programa Saneamento Básico, em convênio com estados, Distrito Federal e municípios, tem como objetivo desenvolver ações de saneamento básico com critérios epidemiológicos e ambientais, voltadas para a promoção da saúde. A iniciativa, que vai receber R\$ 184,2 milhões, é dirigida a municípios com menos de 30 mil habitantes e visa beneficiar 270 mil famílias. Para o Saneamento é

Vida estão previstos R\$ 24,7 milhões, destinados ao reordenamento e à promoção de melhoria na prestação dos serviços.

No setor habitacional, o programa Nosso Bairro contará com recursos da ordem de R\$ 20,3 milhões para promover projetos integrados de urbanização de assentamentos com o objetivo de beneficiar 1.725 famílias. O programa Morar Melhor, para o qual foram reservados R\$ 22 milhões, também está direcionado à população carente e objetiva atingir 12.500 famílias, urbanizando 4 mil lotes. Foram alocados ainda R\$ 350 milhões para a concessão de subsídio à habitação de interesse social no âmbito do programa Carta de Crédito.

Investimentos visam promover esporte profissional e amador

O Orçamento da União para 2003 prevê o investimento de R\$ 130 milhões nas áreas de esporte e lazer. O montante será dividido em vários programas profissionais e não profissionais. Estão destinados recursos aos programas Esporte na Escola (R\$ 58,3 milhões), Esporte Solidário (R\$ 33,6 milhões) e Brasil Potência Esportiva (R\$ 37,9 milhões), e a ações que beneficiarão detentos e menores infratores.

No programa Brasil Potência Esportiva, que visa melhorar o desempenho de atletas olímpicos e paraolímpicos, estão incluídos a implantação de 14 instalações desportivas e o aumento do intercâmbio internacional.

CRIATIVIDADE

O Esporte na Escola busca incentivar a prática desportiva de alunos das escolas públicas de ensino fundamental e médio, estimulando a criatividade e o espírito de companheirismo. Preten-



de-se também, ao longo do ano, dotar 278 escolas de infra-estrutura esportiva, beneficiando 417 mil alunos do ensino oficial.

No programa Esporte Solidário, o objetivo é diminuir a situação de exclusão social por meio do acesso e permanência em atividades esportivas e lazer, buscando afastar mais de 100 mil jovens das drogas e criminalidade.

As ações de produção de material esportivo por menores infratores – Cidadania ao Menor – e a produção de material esportivo por detentos – Pintando a Liberdade – estão embutidas nos programas Esporte Solidário e Esporte na Escola.